

> **Conselho Regional de
Nutricionistas 3ª Região
SP | MS**

2023



> CRN-3

É uma autarquia federal com a finalidade de **fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício profissional de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética**, visando o benefício e a proteção dos interesses da sociedade.

> **Missão**

“Orientar os Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética para uma atuação técnica e ética em prol da saúde da população, inovando no acolhimento, proporcionando visibilidade e o reconhecimento da categoria.”



SISTEMA CFN/CRN

AUTARQUIA FEDERAL

CRN-1: DF, GO, MT, TO

CRN-2: RS

CRN-3: SP e MS

CRN-4: ES e RJ

CRN-5: BA e SE

CRN-6: AL, PB, PE, RN

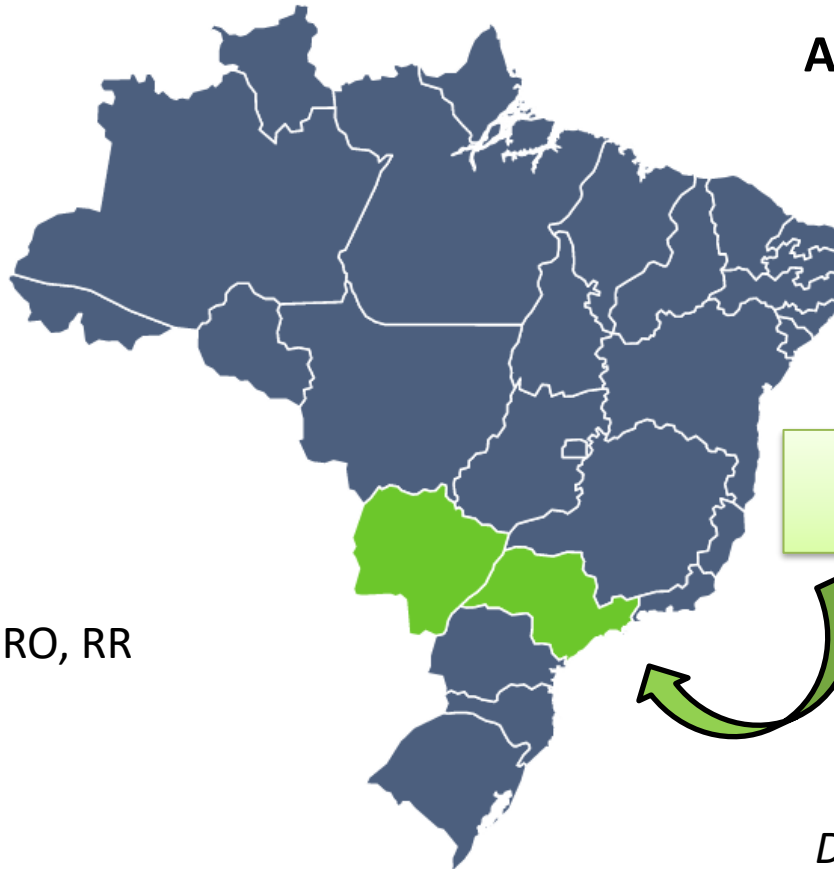
CRN-7: AC, AM, AP, PA, RO, RR

CRN-8: PR

CRN-9: MG

CRN-10: SC

CRN-11: CE, MA, PI



CRN-3

LEI Nº 6.583/1978
DECRETO Nº 84.444/1980



Sede

37 municípios

Campo Grande

79 municípios

São José do Rio Preto

138 municípios

Ribeirão Preto

86 municípios

Campinas

77 municípios

S. José dos Campos

40 municípios

Presidente Prudente

102 municípios

Bauru

104 municípios

Sorocaba

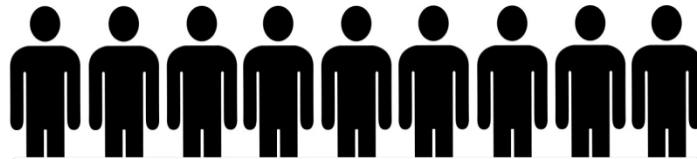
68 municípios

Santos

15 municípios



> COLEGIADO



9 Conselheiros Efetivos



9 Conselheiros Suplentes

**COMISSÕES
PERMANENTES:**
Tomada de Contas
Formação Profissional
Ética
Fiscalização
Comunicação
Licitação

**COMISSÕES
TRANSITÓRIAS:**
Eventos
Concursos
Políticas Públicas
em Nutrição
Patrimônio
Gestão de Pessoas
Gestão de
Processos

> CRN-3

- ✓ Mais de 50 mil inscritos, entre nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética.
- ✓ Maior regional do Sistema CFN/CRN.
- ✓ Em 2023 completa 43 anos de atuação.

> **Ações da Fiscalização em 2022**

- ✓ Aproximadamente 4100 visitas fiscais;
- ✓ Mais de 1.900 orientações com aplicação de Roteiro de Visita Técnica (RVT);
- ✓ Cerca de 300 municípios foram visitados no âmbito da Alimentação Escolar Pública;
- ✓ Mais de 600 apurações de denúncias de exercício ilegal da profissão de Nutricionistas e de Pessoas Jurídicas.



- ✓ Produção de conteúdo voltados para orientação da categoria e futuro profissional;
- ✓ Eventos técnicos para atualização e aprimoramento

Apresentação SindiNutri-SP Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo

Aperfeiçoamento

O nutricionista na Alimentação Escolar

GT Alimentação Escolar | CRN-3





Grupo de Trabalho Alimentação Escolar (GT AE – Portaria CRN-3 392/2023)

- ✓ Inserido nas ações da Comissão de Formação Profissional;
- ✓ Surgiu com o objetivo de orientar tecnicamente os nutricionistas dos municípios dos estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, assim como os dos Institutos Federais do estado de São Paulo;
- ✓ Em relação à operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de ações educativas.



Rosana NOGUEIRA

Nutricionista desde 1985,
atuando na área de
alimentação escolar e gestão
de políticas públicas



Conselheira

Titular



JEANICE DE AZEVEDO

Técnica em Nutrição e Dietética, Nutricionista e palestrante atuante na formação de profissionais e gestores do Programa de Alimentação Escolar desde 1989

Conselheira
Suplente



Grupo de Trabalho **sobre** Alimentação Escolar

Rosana Maria Nogueira (coordenadora do GT)

Adriana Rossato Souza (nutricionista da rede estadual MS)

Daniela Bicalho Alvarez (nutricionista representante externa do CRN-3)

Priscila Gutul Galdino (RTda rede estadual SP)

Raquel Clapis Ribas Tripolone (docente UNIFAI)

Adolfo Henrique Costa dos Santos (nutricionista QT Rio Bonito/MS)

Ana Lucia Saraiva da Cunha Ganci (nutricionista fiscal)

Anaícia Belli Duarte (nutricionista fiscal)

André Augusto Marques Lamin (nutricionista chefe do setor de formação profissional)

Bianca Blanco (nutricionista do Instituto Federal – Pirituba/SP)

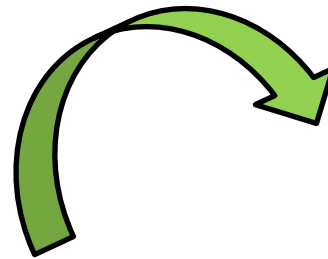
Jeanice de Azevedo Aguiar (Conselheira)

Legiane Rigamonti (Conselheira)

Lucimar Adriana Rodrigues Dronetti Girotti (RT Tarumã/SP)

Planejamento

Foram realizadas reuniões online com o GT para elaboração do projeto de aperfeiçoamento a ser oferecido aos nutricionistas, em...



...8 encontros durante o ano de 2023, às **sextas feiras**, das **9h às 12h**, nas datas:

MAIO	26
JUNHO	30
JULHO	21
AGOSTO	18
SETEMBRO	29
OUTUBRO	27
NOVEMBRO	24
DEZEMBRO	08



Cronograma: temas mais importantes para a gestão do PNAE

1º 26/05

- Apresentação do Conselho, Entidades, Projeto, PNAE

Rosana Nogueira e Jeanice Aguiar

- Elaboração do Plano de Trabalho, como atribuição do nutricionista no PAE

Jeanice Aguiar, Adriana Girotti, Adolfo Santos, Adriana Rossato, Priscila Gutol e Raquel Clapis

2º 30/06

- Atividades obrigatórias do nutricionista no PAE – projeto fiscalização na AE pública

Ana Lucia Ganci e Analícia Duarte

3º 21/07

- Elaboração de cardápio e logística de abastecimento; Análise da composição nutricional dos cardápios; Apresentação de experiências direcionadas

Jeanice Aguiar, Priscila Galdino, Adriana Girotti, Daniela Bicalho, Adolfo Santos

4º 18/08

> - **Compras, licitação: procedimentos de compra e contratação pública**
- **nova legislação - Agricultura familiar: aspectos operacionais**

Jeanice Aguiar, Priscila Galdino, Adriana Girotti, Daniela Bicalho, Adolfo Santos

5º 29/09

- **Educação alimentar e nutricional - Hortas escolares e sustentabilidade – ODS**

Legiane Rigamonti e Bianca Blanco

6º 27/10

- **Gestão de recursos financeiros (legislação, possibilidades) e Excel na prática**

Estratégias para abordagens na operacionalização do PAE I

(Infraestrutura de cozinhas - Boas práticas na manipulação de alimentos –
Relacionamento com equipes gestoras, diretorias de ensino e municípios -
Recursos humanos, gestão da equipe operacional - Interação com o CAE)



7º 24/11

- Estratégias para abordagens na operacionalização do PAE II

8º 08/12

- Estratégias para abordagens na operacionalização do PAE III



**COMPONHAM CONOSCO ESTE GRANDE
APRENDIZADO!**

Bem-vindos!

Grupo de Trabalho Alimentação Escolar

rosananogueira@crn3.org.br

jeaniceaguiar@crn3.org.br

CONHECENDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Rosana Maria Nogueira
Nutricionista
CRN-3 2530



CRN₃
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO
SP | MS

PNAE

Programa Nacional de Alimentação Escolar é a política pública de maior longevidade no país, universalizada, com participação social, alinhada com outras políticas, promovendo a **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, assegurando o **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**, desenvolvimento e proteção social.

Considerado um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo.

Suplementando a alimentação quando oferece **alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional** a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

PNAE **enquanto política pública**

Quanto à **abrangência** o PNAE é uma **política universal** - deve atender **todos** os alunos matriculados na **educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal**, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC.

Res. FNDE/CD nº 06/2020

Quanto ao **grau de intervenção** o PNAE é uma **política compensatória** - se constitui no cenário sócio-político-econômico como garantia universal de padrões mínimos diários de alimentação, sendo uma das mais antigas e duradouras, se não a única.

Nogueira, 2005

PNAE enquanto política pública

- ✓ Presente nos **5.570 municípios** brasileiros atendendo mais de **40 milhões de estudantes** matriculados em cerca de **150 mil escolas de educação básica pública** brasileira, em todos os **200 dias letivos** do ano;
- ✓ Apesar das **contradições de linguagem, do discurso e das várias modificações** que o PNAE sofreu desde a sua implementação, mantém **continuidade pouco usual entre as políticas sociais**, sendo a mais enraizada na escola pública brasileira.

Nogueira, 2005.



PNAE enquanto política pública

Alimentação escolar, desde a sua instituição:

- ✓ Foi inserida na **política educacional** do país, apresentou-se como **estratégia política de socorro à escola**;
- ✓ **Fixou** o aluno, melhorando os **níveis de frequência, aprovação e promoção** escolar;
- ✓ Para o estudante: atacou o **problema da fome e/ou desnutrição**, chegando à década de 1970 como a "razão de ser da escola". (CECCIM, 1995)

Contudo a escola não pode se consolidar como local de refeições, mas sim, como local de ensino e aprendizagem intelectual

PNAE enquanto política pública

- ✓ Embora seja, na realidade, **atividade natural do cotidiano escolar**, no Brasil, assume **importância social** devido à situação da população;
- ✓ Com o processo de **redemocratização na década de 1980** o PNAE passou por um processo de **descentralização**, ou seja, o **compartilhamento da responsabilidade** pelo **fornecimento de alimentação escolar pelo governo federal, estados e municípios**, o que significa uma obrigatoriedade de participação das três esferas de governo na gestão do programa em suas várias etapas, desde a aquisição dos gêneros até a operacionalização técnica e administrativa.



PNAE enquanto política pública

✓ Passou por uma grande mudança de paradigma desde a promulgação da Constituição Federal em 1988: a oferta de alimentação escolar tinha cunho **assistencialista e envolvia a transferência de recursos financeiros** federais para os municípios, e passa a **assegurar o direito à alimentação adequada aos estudantes.**

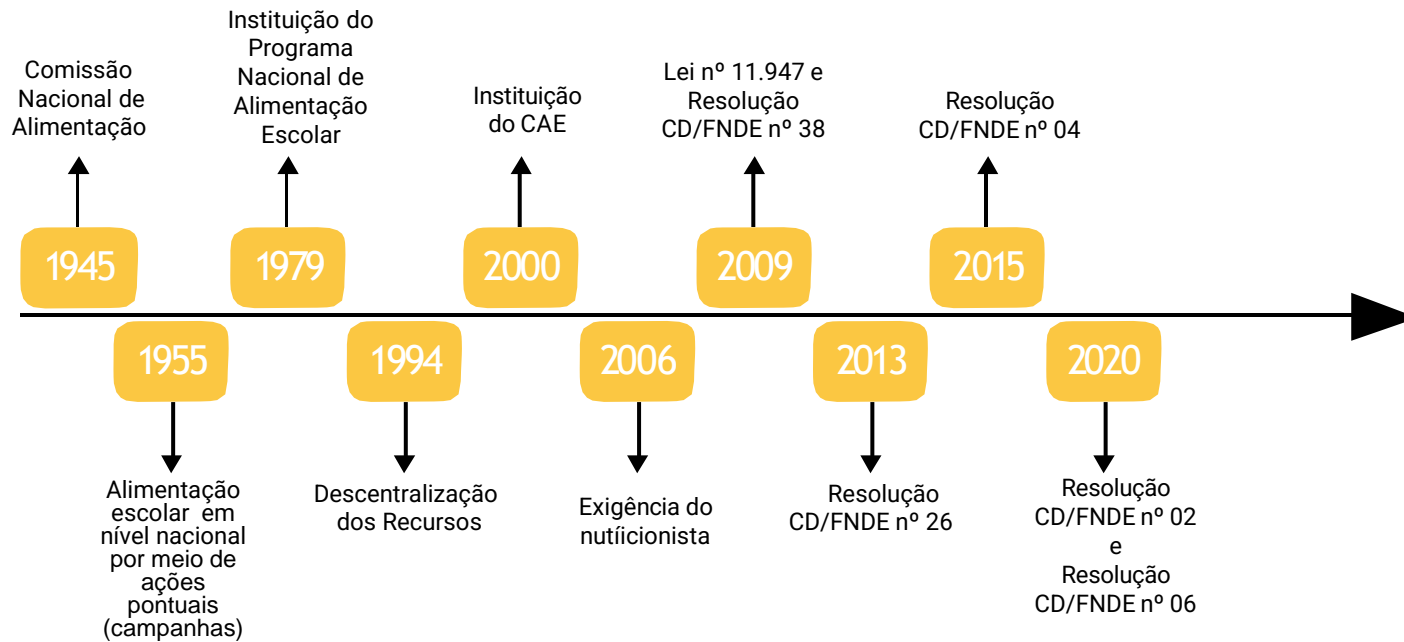
PNAE **enquanto política pública**

- ✓ A partir de 2003 inicia-se um **novo ciclo que busca a sustentabilidade da alimentação escolar no Brasil** e a alimentação escolar associou-se a uma **política de estado de maior cobertura**, o programa Fome Zero, cujo principal objetivo era garantir o acesso de todo brasileiro a alimentação adequada tanto em quantidade quanto em qualidade, necessária para a manutenção da saúde e bem-estar do indivíduo (SILVA, GROSSI e FRANÇA, 2010).
- ✓ Exigindo a articulação de **políticas públicas focadas em educação, saúde, agricultura, cultura e bem-estar, destacando a importância socioeconômica da agricultura familiar**, tornando compulsória a utilização de seus produtos no preparo da alimentação escolar (SILVA, GROSSI e FRANÇA, 2010).

PNAE **enquanto política pública**

- ✓ Implementou a **prática promotora** da saúde, a **dinamização da economia local**, a **inclusão social** e o **desenvolvimento sustentável**;
- ✓ Instituiu o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino;
- ✓ E ainda, o estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis encontra respaldo na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Ministério da Saúde que tem no Guia Alimentar para a População Brasileira, um dos instrumentos de reforço à melhoria dos padrões nutricionais da população em geral.

Atos Normativos





Regulamentação

**Lei
Federais**



Resoluções

Subsídio aos estados e municípios na implementação do PNAE, em relação às ações técnicas, administrativas e financeiras, com a instituição do controle social.

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar [...] revoga a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.



Lei nº 11.947/2009

- Universalidade (EM, EJA, NE);
- Mínimo de 30% AF;
- Mínimo de 20 % do NND;
- Inclusão da EAN;
- Maior participação social do CAE;
- Nutricionista RT.

Grande avanço no PNAE

por meio da Lei Federal nº 11.947/2009, após décadas de ações e investimentos públicos.



O programa ganhou contornos claros e modernos de uma política pública de direito universal.



Com rotinas e procedimentos, definição do papel da União, dos estados, dos municípios e do controle social.

Titulares de direito do PNAE

Art. 3º

Todos os alunos da educação básica pública,
sendo um dever do Estado.

(Lei nº 11.947/2009)

Objetivos

- Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos;
- Por meio de educação alimentar e nutricional e oferta de refeições que atendam as necessidades nutricionais durante o período letivo.

(Lei nº 11.947/2009)



Como atingir os objetivos...

- Oferta de refeições que supram às suas necessidades nutricionais com alimentação saudável;
- Ações de educação alimentar e nutricional;
- Ações de desenvolvimento de projetos de hortas escolares que integrem a educação, meio ambiente, saúde, desenvolvimento sustentável e mobilização comunitária;

Como atingir os objetivos...

- Introdução no currículo escolar do tema alimentação saudável;
- Fomento a participação da população no controle social do Programa.



Lei nº 12.982/2014

Altera a Lei 11.947/2009

Determina elaboração de cardápio especial:

- Atenção individual os alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica;
- A alimentação escolar adequada às suas necessidades;
- Conforme as condições nutricionais do aluno;
- Nos termos das recomendações médicas e nutricionais.

Alteração nas recomendações nutricionais, alimentares, na postura da comunidade escolar frente ao PNAE

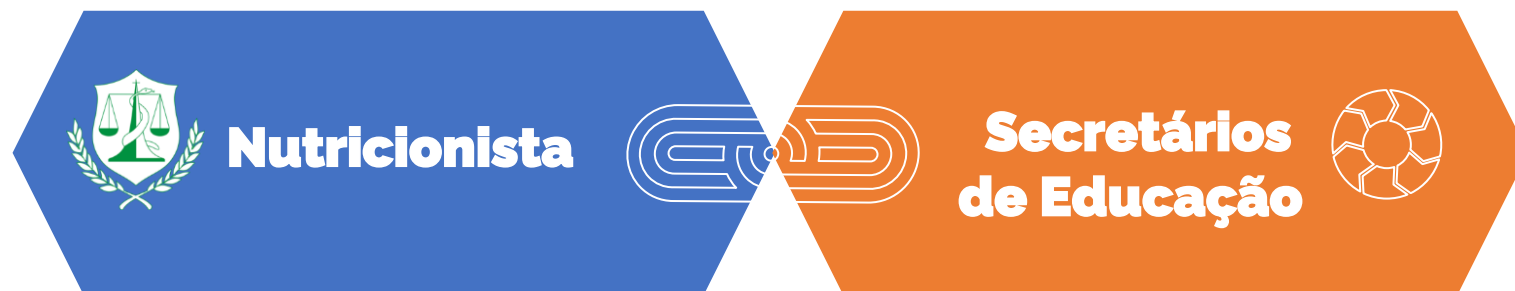


Resoluções CD/FNDE nº 06 e 20/2020

- **Alinhado** aos guias alimentares para a população brasileira;
- **Foco** no alimento;
- Apresenta **além** da cota mínima, a máxima para o VET;
- Consideração às **carências nutricionais** especialmente a vit. A e ferro.

Coordenação do PNAE

Art. 15, Resolução FNDE nº 06/2020



Coordenação técnica,
como Responsável
Técnico – RT, vinculado à
EEx.

Operacionalização do
PNAE em “todas” as suas
etapas.

Responsável Técnico

Lei nº 11.947/2009;
Resolução FNDE/CD nº 06/2020

Art. 15 Res. FNDE 06/2020

"A **coordenação técnica** das ações de alimentação e nutrição, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, deve ser **realizada por nutricionista** Responsável Técnico – RT do PNAE **vinculado** à EEx, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em **legislações específicas**, dentro de suas atribuições previstas na normativa do CFN."

§ 1º

"Os **nutricionistas** que **compõem o quadro técnico** do Programa, inclusive os RTs, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, **devem** estar **obrigatoriamente** lotados no setor de alimentação escolar, **regularizados** junto ao respectivo Conselho Regional de Nutricionistas e **cadastrados** nos sistemas do FNDE."

§ 2º

A EEx **deve** oferecer **condições suficientes e adequadas** de trabalho para os **profissionais** e **cumprir** os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, conforme previsto em Resolução do CFN.

Grupos de Trabalho promovem revisão da
Resolução CFN nº 465/2010 – 22/10/2020



RESOLUÇÃO CFN nº 465/2010

trata das atribuições detalhadas do
nutricionista e estabelece o indica o
número “adequado” de profissionais,
imprescindível na prática.

Algumas outras legislações

Estas, conectadas **diretamente** à profissão do Nutricionista e aos aspectos técnicos

Inciso VII, Art. 208 Constituição Federal de 1988

"atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde"

Resolução CFN nº 599/2018

Aprova o CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO NUTRICIONISTA e dá outras providências.

Resolução CFN nº 600/2018

Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação...

Lei nº 13.666/2018

Altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

Alimentação coletiva

Clínica

Esporte e exercícios

SAÚDE COLETIVA

Cadeia de produção

Ensino, pesquisa e extensão

Algumas outras legislações

Estas, conectadas **indiretamente** à profissão do Nutricionista e aos aspectos técnicos

Inciso VII, Art. 208 Constituição Federal de 1988

"atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

Lei 8.666/1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Lei nº 10.520/2002

Institui [...] o pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

Lei nº 13.666/2018

Altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

Lei nº 14.133/2021 NLLC

Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para [...] às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais...

Ministério da Saúde

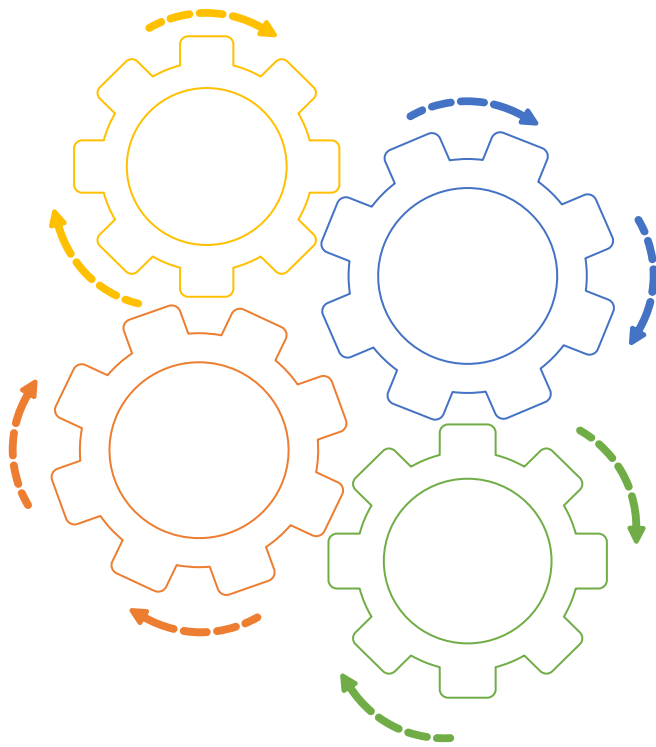
Sanitárias estabelecidas pelo MS como as Portarias nº 1.428/1991 e nº 326/1997, e pela ANVISA como os regulamentos técnicos de identidade e qualidade dos alimentos.

Min. Agr. Pec. e Abast.

Regulamento técnico de identidade e qualidade dos alimentos de **origem animal e bebidas**.

INMETRO e ABNT

Órgãos que estabelecem normas técnicas diversas.



Operacionalização

- ➔ transferência de recursos financeiros federais para o distrito federal, estados e municípios; Exclusivamente para **adquirir gêneros alimentícios** com planejamento e controle de qualidade adequados.



Órgãos Financiadores



Governo Municipal

Equipe técnica e administrativa central, cozinheiras, gás, transporte e alimentos para as escolas municipais, estaduais e demais entidades



Governo Estadual

Recursos financeiros para aquisição de alimentos para escolas estaduais



Governo Federal

Recursos financeiros para aquisição de alimentos para escolas estaduais, municipais e demais entidades

Transferência de Recursos

- 200 dias letivos
- Número de alunos baseado no censo do ano anterior;
- Feita pelo FNDE em uma conta bancária para esse fim;

EX: Um município com **6 mil alunos** do ensino fundamental parcial receberá:

$$VT = 6.000 \times 20 \text{ (dias letivos/mês)} \times R\$0,36 = R\$ 43.200,00/\text{mês}$$

Recursos disponíveis



Responsabilidade de **todos** os entes federativos



Governo federal

Governo estadual SP/PA

Complementação Municipal

QESE???



Recursos federal



Resolução FNDE/CD 02/2023

Estado de São Paulo



Centralizada

O Estado é responsável pela compra e distribuição dos insumos às escolas.

152 municípios;

3495 escolas;

2.378.381 alunos.

Existem

2

FORMAS
de fornecimento de
alimentação
escolar



Descentralizada

É realizado o repasse de verbas para que os municípios adquiram as refeições.

493 municípios;

1942 escolas;

970.780 alunos.

Recursos estadual – São Paulo

R\$ 1,34

Ensino
Fundamental,
EJA, Ensino
Médio, ETEC

R\$ 3,93

Ensino
Fundamental,
Médio, ETEC
Integral



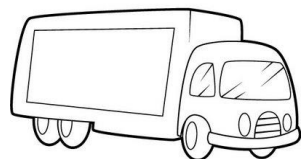
Cozinhas centralizadas ou descentralizadas?



Cozinha **piloto**
ou uma cozinha
INSIRA AQUI UMA IMAGEM OU TEXTO
em cada
escola?

Distribuição da Alimentação/Alimentos

→ Cozinha Centralizada:



Fornecedor



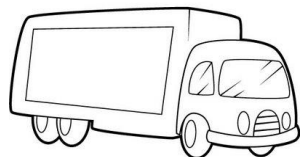
Almoxarifado



Cozinha piloto



→ Cozinha Descentralizada:



Fornecedor



Almoxarifado



ARROZ



Tarumã/SP

Gestão da produção
de refeições

54

Auto Gestão

Ação da Secretaria de Educação, de Abastecimento, outras ou junção destas por:

- Centralização;
- Semidescentralização ou,
- Descentralização/escolarização

OU

Terceirização

Contratação de serviços de terceiros para a operacionalização do Programa.



Mas, depende do serviço



**Mão de obra
com
preparação e
limpeza**



**Entregas
diversas com
veículo e
mão de obra**



**Limpeza e
desinfecção de
caixas d'água
Controle
integrado de
pragas**



**Serviço
técnicos
diversos**

Control social

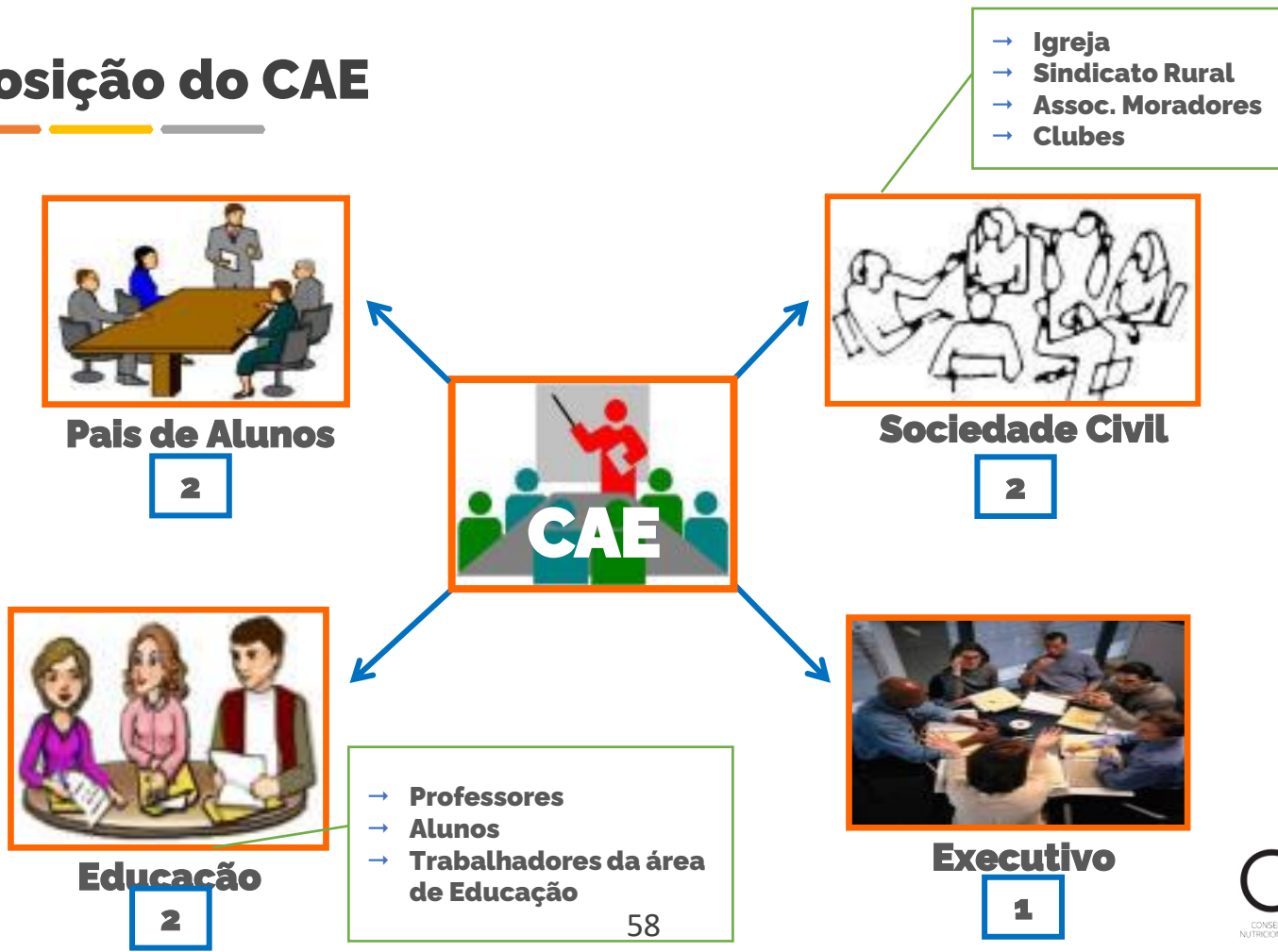
Órgão colegiado de caráter fiscalizador,
permanente, deliberativo e de assessoramento.

Algumas atribuições

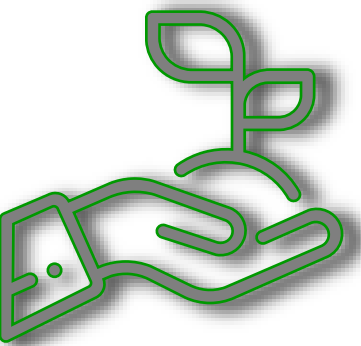


- Monitorar e fiscalizar a **aplicação** dos recursos e o cumprimento das diretrizes e objetivo do programa;
- Analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela EEx, contido no Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON *On line*, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;
- Analisar a **prestação** de contas do gestor e emitir Parecer Conclusivo da execução no SIGECON *On line*;
- **Comunicar ao FNDE**, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE.

Composição do CAE



↳ Considerações finais



- Política de atendimento formulada, para a devida implementação pelos estados e municípios;
- Rotinas e procedimentos claramente definidos, por meio da legislação específica do PNAE: objetivos, princípios, diretrizes e titularidade do direito e por outras legislações;
- Instituição do controle social com a formação e participação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, com base na descentralização.

Para reflexão:



- Qual a conclusão de vocês sobre esta área?
- Como entendem as atividades do nutricionista nesta área?
- O que julgam necessário para a implementação do PNAE de maneira satisfatória, adequado e condizente com a legislação e direito do aluno?

Alimentação Escolar



MANUTENÇÃO OBJETIVOS ALIMENTAÇÃO INTEGRALIDADE COMPREENSÃO **PROTEÇÃO** SAUDÁVEL AVANÇOS HABILIDADE PACIÊNCIA OLHAR OBJETIVO SUBJETIVO **PERSISTÊNCIA** **PRUDÊNCIA** SUCESSO RECONHECIMENTO

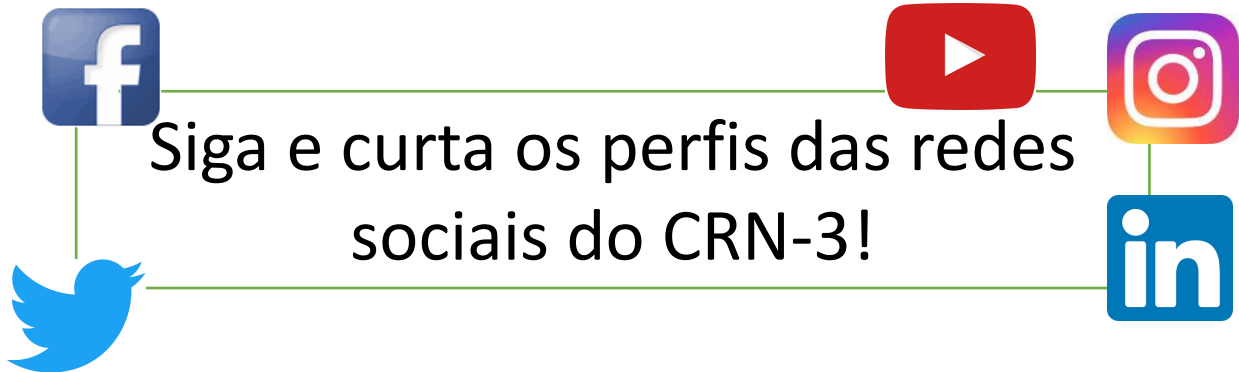
CRESCIMENTO **INTERDISCIPLINARIDADE** **ARTICULAÇÃO** CONHECIMENTO TÉCNICA

INFORMAÇÃO COLABORAÇÃO **PREVENÇÃO** **ADEQUADA** **VIVÊNCIAS** SAÚDE PÚBLICA **INTEGRAÇÃO** **APRIMORAMENTO CIENTÍFICO**

ATENÇÃO
POLÍTICA

DESENVOLVIMENTO CUIDADO **OBSTÁCULOS** **FINANÇAS**

TECNOLOGIA RESPEITO **SOCIALIZAÇÃO** **RESPONSABILIDADE** **ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** **ALUNO**



Siga e curta os perfis das redes sociais do CRN-3!



Visite o site do CRN-3:
www.crn3.org.br



Leia a revista **CRN3**, agora disponível *online!*

PLANO ANUAL DE TRABALHO

Resolução CFN 465/2010
inciso XII, art. 3º

2023



CRN₃
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO
SP | MS

> DEFINIÇÃO

“Instrumento de planejamento anual que deve conter o detalhamento das atividades, projetos e programas a serem desenvolvidos, acompanhado de justificativa, estratégias operacionais, locais e órgãos executores, cronograma de execução, metas, cronograma de execução financeira, orçamento e instrumentos avaliativos.”

grifo nosso

> **POR QUE AGORA?**

- **Momento de elaboração/planejamento da Lei Orçamentária**

Anual – LOA: planejamento realizado pelo Poder Executivo,

indicando quanto e onde o dinheiro público será aplicado no ano

seguinte.

- Momento de elaboração/planejamento da Lei Orçamentária Anual –


LOA;

- Maior probabilidade de execução/cumprimento;

- Vivências do ano passado – mais fáceis de ser lembradas...



CRN₃ POR ONDE COMEÇAR?

- 
- Conhecer da realidade local;
 - Analisar das condições atuais;
 - Determinar das prioridades;
 - Levantar as ações intersetoriais;
 - Elaboração do PAT
 - Acompanhamento e avaliação

> ELABORA, APROVA E VALIDA O **PAT**?

- Nutricionista?
- Chefe imediato?
- Ordenador de despesas?
- Gestores da alta administração?



Conhecimento da realidade **ATUAL**

Reuniões

Descrições das atividades

Degustação (para atrair atenção dos servidores de licitações, contabilidade... Enfim.)

Ações Intersectoriais

> Educação

departamentos, setores...

SECRETARIAS

Saúde

Planejamento

Finanças

Administração

Governo...

Licitação

> **CHECK LIST** VISANDO CONHECIMENTO SOBRE:

- Condições de trabalho;
- Análise das condições atuais;
- Determinação das prioridades;
- Recursos disponíveis (mão de obra, estrutural, financeiro...)

Colaboração: Dra. Adriana
Dragonetti – Tarumã/SP



**Planeje as ações que são
possíveis de serem executadas**

Justifique as demais

CONTEÚDO

Resolução CFN 465/2010
(inciso XII, art. 3º)

- > – Justificativas;
- Estratégias operacionais;
- Locais de execução;
- Órgãos executores;
- Cronograma de execução;
- Metas;
- Cronograma de execução financeira;
- Orçamento;
- Instrumentos avaliativos.

EXEMPLO

Atividade	Justificativa	Estratégia	Locais de execução	Público-alvo	Órgão executor	Cronograma	Objetivo/Meta	Recursos necessários	Execução Financeira	Instrumentos avaliativos
Levantamento do número de alunos matriculados em cada escola, por faixa etária, por período e respectivos horários de permanência na escola e intervalos	Nortear as quantidades de alimentos que serão compradas, recebidas, entregues, preparadas em cada escola e distribuídas aos alunos	Envio de memorandos por e-mail às escolas solicitando número de alunos matriculados em cada escola por tipo de ensino, período e respectivos horários de permanência e dos intervalos	Planejamento articulado envolvendo o escritório do PAE e as escolas	Diretores de escola	PAE e escolas	Fevereiro, com revisão em Março	Mediante dados, estabelecer cardápios adequados à faixa etária, ao nível de ensino/tempo de permanência dos alunos na escola, quantidade e de alimentos e materiais de higiene e limpeza a ser comprados e entregues em cada escola	Equipamentos de informática com software necessário para o desenvolvimento das tarefas afins e envio do documento por e-mail; material de escritório para impressão ou digitalização e arquivos dos documentos recebidos	R\$ 20,00 (material de escritório contabilizado pela Secretaria de Administração)	Análise de listagem, verificando se os dados de todas as escolas constam no documento
Estímulo a identificação de alunos com necessidades nutricionais específicas	Adequação do atendimento às necessidades nutricionais dos alunos	Envio de memorando por e-mail às escolas orientando quanto aos procedimentos para a identificação de alunos com necessidades nutricionais específicas, remetendo as informações obtidas ao DAE, para providências	Planejamento articulado envolvendo o escritório do PAE e as escolas	Diretores de escola, merendeiras, professores, pais de alunos e alunos	PAE e escolas	Fevereiro, com disposição para ações durante o ano	Atendimento universal aos alunos, com atenção diferenciada e adequada aos que têm necessidades nutricionais específicas	Equipamentos de informática com software necessário para o desenvolvimento das tarefas afins e envio do documento por e-mail; material de escritório para impressão ou digitalização e arquivos dos documentos recebidos	R\$ 20,00 (material de escritório contabilizado pela Secretaria de Administração)	Verificação das informações que chegam para atendimento

EXEMPLO

Atividade	Justificativa	Estratégia	Locais de execução	Público-alvo	Órgão executor	Cronograma	Objetivo/Meta	Recursos necessários	Execução Financeira	Instrumentos avaliativos
Levantamento do número de alunos matriculados em cada escola, por faixa etária, por período e respectivos horários de permanência na escola e intervalos	Nortear as quantidades de alimentos que serão compradas, recebidas, entregues, preparadas em cada escola e distribuídas aos alunos	Envio de memorandos por e-mail às escolas solicitando número de alunos matriculados em cada escola por tipo de ensino, período e respectivos horários de permanência e dos intervalos	Planejamento articulado envolvendo o escritório do PAE e as escolas	Diretores de escola	PAE e escolas	Fevereiro, com revisão em Março	Mediante dados, estabelecer cardápios adequados à faixa etária, ao nível de ensino/tempo de permanência dos alunos na escola, quantidade de alimentos e materiais de higiene e limpeza a ser comprados e entregues em cada escola	Equipamentos de informática com software necessário para o desenvolvimento das tarefas afins e envio do documento por e-mail; material de escritório para impressão ou digitalização e arquivos dos documentos recebidos	R\$ 20,00 (material de escritório contabilizado pela Secretaria de Administração)	Análise de listagem, verificando se os dados de todas as escolas constam no documento

EXEMPLO

Atividade	Justificativa	Estratégia	Locais de execução	Público-alvo	Órgão executor	Cronograma	Objetivo/Meta	Recursos necessários	Execução Financeira	Instrumentos avaliativos
Estímulo a identificação de alunos com necessidades nutricionais específicas	Adequação do atendimento às necessidades nutricionais dos alunos	Envio de memorando por e-mail às escolas orientando quanto aos procedimentos para a identificação de alunos com necessidades nutricionais específicas, remetendo as informações obtidas ao DAE, para providências	Planejamento articulado envolvendo o escritório do PAE e as escolas	Diretores de escola, merendeiras, professores, pais de alunos e alunos	PAE e escolas	Fevereiro, com disposição para ações durantes o ano	Atendimento universal aos alunos, com atenção diferenciada e adequada aos que têm necessidades nutricionais específicas	Equipamentos de informática com software necessário para o desenvolvimento das tarefas afins e envio do documento por e-mail; material de escritório para impressão ou digitalização e arquivos dos documentos recebidos	R\$ 20,00 (material de escritório contabilizado pela Secretaria de Administração)	Verificação das informações que chegam para atendimento

ADEQUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PAT – 465/2010



A elaboração de um Plano de Trabalho,
independente do tempo de execução, deve
partir de um diagnóstico.



(Manual de apoio para atividades
técnicas do nutricionista no âmbito do
PNAE, FNDE, 2017)

ADEQUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PAT – 465/2010

ADEQUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PAT - RES. CFN 465/2010

	2017	2018	2019	2022	Até Maio.2023	Final de 2023
Fichas técnicas de preparação	% Desatualizado	% Desatualizado	% Desatualizado	50%	%0%	100%
Visitas técnicas	14 X	17 X	21 X	37 X	17 X	40 X
Avaliação nutricional	0%	8% (100% CEI's)	5%	14%	21%	39%
Testes de aceitabilidade	0	0	2 X	0	2 X	8 X
Atividades de EAN (estudantes e pais)	4 X	5 X	5 X	3 X	3 X	7 X
Observação	Presença de estagiária de nutrição					
	2021-2021* Alterações devido à COVID-19					

Colaboração: Dr. Adolfo Henrique
 C. Santos – Rio Brilhante/MS

- > - Como enfrentá-los?
- Como agir diante das ações cotidianas que “podem ser entendidas” como fatores que impedem o cumprimento do PAT?

Aproveitando a ocasião...

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAR A POBREZA	2 ERRADICAR A FOME	3 SAÚDE DE QUALIDADE	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	10 REDUZIR AS DESIGDADES	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
13 AÇÃO CLIMÁTICA	14 PROTEGER A VIDA MARINHA	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

gratuito



Siga e curta os perfis das redes
sociais do CRN-3!



Visite o site do CRN-3:
www.crn3.org.br



Leia a revista **CRN3**, agora
disponível *online!*

SETOR DA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

ROTEIRO DE CHECK-LIST- ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO – ANO _____

Responsável(is) pela Elaboração:
Data:
Aplicação do Plano de Ação:ano

Setor Central:	Conformidade	Não Conformidade	O que precisa?
Setor de Alimentação Escolar			
Equipamento informática			
Software			
Capacitação			
Quadro Técnico			
Transporte específico- supervisão/ visita			
Administrativo			
Quadro administrativo			
Equipamento informática			
Software			
Capacitação			
Recebimento/armazenagem/entrega			
Quadro funcional			
Logística – frota			
Uniforme			
EPI's			
Capacitação			
Calçadas			
Porta/portão			
Alarme			
Câmara de segurança			
Relógio de ponto			
Área externa- pátio			
Acesso de veículo de fornecedor			

TIMBRE DA PREFEITURA

Setor de recebimento de alimento			
Sanitário feminino			
Sanitário masculino			
Refeitório da equipe			
Depósito- alimentos			
Depósito – produtos de limpeza			
Câmara fria			
Câmara de congelamento			
Balança calibrada			
Utensílios de apoio			
Manutenção do Prédio			
Controle integrado de pragas			
Limpeza da caixa d'água			
Extintor			
Setor de gás			
Energia fotovoltaica			
Água			
Filtro de água			
Climatizador			
Reparos nas instalações físicas			
Unidades Escolares			
Quadro funcional			
Acesso do veículo da Alimentação Escolar na UAN			
Equipamentos			
Utensílios			
Uniforme			
EPI's			
Balcão de distribuição			
Refeitório			
Armários			
Avaliação Nutricional			
Quadro técnico			
Ação multiprofissional (Ed. Física/Saúde)			
Antropômetro			
Outros equipamentos			
Software			
Identificação de alunos com necessidades nutricionais específicas			
Quadro técnico			

Estabelecimento de protocolo junto da direção de escola/Educação			
Ação multiprofissional (escola/Alim. Escolar)			
Organização dos prontuários			
Atendimento/acompanhamento			
Cardápios			
Adequação ao perfil epidemiológico			
Por faixa etária			
Respeito aos hábitos alimentares, à vocação agrícola e à alimentação saudável e adequada			
Respeito à produção familiar rural			
Educação Nutricional			
Quadro técnico			
Proposta junto à equipe pedagógica			
Abordagem curricular			
Fichas Técnicas de Preparações			
Quadro técnico			
Ação junto aos manipuladores de alimentos			
Organização do fichário			
Entrega nas escolas			
Licitações			
Alinhamento à Lei 14.133/2021			
Quadro técnico			
Quadro administrativo			
Quantificação de alimentos conforme cardápios			
Solicitação e especificação dos alimentos considerando cardápios, disposição de mercado, alinhados às legislações sanitárias, regulamento técnico de identidade e qualidade dos alimentos e Nota Técnica FNDE 5007/2016			
Quantificação de insumos (mat. Limpeza/desinfecção/boas práticas/uniformes, equipamentos)			
Solicitação e especificação dos insumos considerando necessidades			

das escolas, disposição de mercado, alinhados às legislações sanitárias			
Solicitação e especificação de ações para controle integrado de pragas			
Solicitação e especificação para análise da portabilidade da água			
Solicitação e especificação de outros materiais e serviços conforme à realidade local			
Supervisão da produção			
Disposição de veículos			
Visita periódica às escolas			
Aprimoramento às boas práticas			
Teste de aceitabilidade			
Definição da metodologia			
Escolha das preparações com o CAE			
Aplicação			
Avaliação			
Procedimento corretivo, se necessário			
Levantamento da adesão às refeições			
Definição da metodologia			
Aplicação			
Avaliação			
Procedimento corretivo, se necessário			
Produção familiar rural			
Reunião com os produtores			
Definição dos alimentos que eles têm			
Definição das quantidades			
Definição do mês para entrega			
Elaboração do cronograma de entrega			
Ata do encontro			
Manual de boas práticas			
Escuta junto da equipe das cozinhas escolares			
Revisão se necessário			
Correção se necessário			
Elaboração para novas escolas			
Reimpressão se necessário			
Planejamento Anual de Trabalho			
Escuta junto da equipe de trabalho			

TIMBRE DA PREFEITURA

Revisão do PAT anterior			
Considerações à realidade atual			
Levantamento da realidade atual			
Determinação das prioridades			
Levantamento dos recursos disponíveis			
Ações junto ao CAE			
Presença nas reuniões nos momentos iniciais, para esclarecimentos			
Capacitação técnica			
Informes sempre que necessário			
Ações junto ao CAE			
Presença nas reuniões nos momentos iniciais, para esclarecimentos			
Relatório Anual de Gestão do PNAE			
Avaliação do relatório anterior			
Análise dos registros no ano vigente			
Descrição das propostas alcançadas			
Descrição das não conformidades			
Descrição das necessidades para o anos seguinte			
Observações			

Local, data

Nutricionista – CRN-3

Link para download do arquivo:

<https://crn3.org.br/arquivos/check-list-plano-de-acaodocx.docx>